



Entre o rio e a sala de aula: a Educação do Campo como instrumento de inclusão e formação crítica de ribeirinhos na Amazônia

 Matheus de Jesus Gaia Dias ¹,  Lucas Rodrigues Lopes ²

^{1, 2} Universidade Federal do Pará - UFPA. Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura/PPGEDUC. Rua Padre Antônio Franco, 2617. Campus Universitário do Tocantins. Cametá - PA. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: matheusgaiadiasg@gmail.com

RESUMO. O artigo discute o papel da Educação do Campo como ferramenta de inclusão social para comunidades ribeirinhas, com foco na comunidade de Mapiará de Baixo. A pesquisa ressalta como essa modalidade educacional respeita e valoriza os saberes locais, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos alunos, promovendo o pertencimento social e combatendo as desigualdades. Destaca-se que a Educação do Campo, construída a partir das lutas dos movimentos sociais, busca formar professores comprometidos com suas comunidades e realidades territoriais, indo além da docência tradicional e enfrentando os impactos de projetos desenvolvimentistas na Amazônia, como a Usina de Tucuruí e a Hidrovia Araguaia-Tocantins. O estudo teve como sujeitos três ribeirinhos formados em Educação do Campo, residentes em Mapiará de Baixo, interior de Cametá. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas na própria comunidade, em locais escolhidos pelos entrevistados, como suas casas ou ambientes de trabalho, como o rio ou a mata. Os participantes optaram por manter o anonimato, mas colaboraram com a pesquisa por reconhecerem sua relevância. A metodologia adotada foi a Análise do Discurso (AD), que permite interpretar não apenas do que é dito, mas também os sentidos produzidos nas entrelinhas e no contexto sociocultural dos sujeitos. O texto apresenta a análise de três recortes discursivos de entrevistas com egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos por eles à formação recebida. Assim, os discursos dos três sujeitos evidenciam que a Educação do Campo não apenas promove o acesso à universidade, mas também fomenta consciência crítica, valorização das identidades e fortalecimento das comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Educação do campo, discurso, comunidades ribeirinhas.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19749	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Between the river and the classroom: Rural Education as an instrument for inclusion and critical thinking among riverside communities in the Amazon

ABSTRACT. The article discusses the role of Rural Education as a tool for social inclusion in riverside communities, focusing on the community of Mapiraí de Baixo. The research highlights how this educational modality respects and values local knowledge, contributing to the critical and civic formation of students, promoting social belonging, and addressing inequalities. It emphasizes that Rural Education, built upon the struggles of social movements, seeks to train teachers committed to their communities and territorial realities, going beyond traditional teaching and confronting the impacts of development projects in the Amazon, such as the Tucuruí Hydroelectric Plant and the Araguaia-Tocantins Waterway. The study's participants were three riverside dwellers who graduated in Rural Education and currently live in Mapiraí de Baixo, in the interior of Cametá. Data were collected through semi-structured interviews conducted within the community itself, in locations chosen by the interviewees, such as their homes or work environments, including the river or the forest. The participants chose to remain anonymous but collaborated with the research due to their recognition of its relevance. The methodology used was Discourse Analysis (DA), which allows for the interpretation not only of what is said but also of the meanings produced in the subtext and within the subjects' sociocultural contexts. The text presents an analysis of three discourse excerpts from interviews with graduates of the Rural Education degree program, aiming to understand the meanings they attribute to the education they received. Thus, the statements of the three participants demonstrate that Rural Education not only promotes access to higher education but also fosters critical awareness, identity appreciation, and the strengthening of riverside communities.

Keywords: Rural education, speech, riverside communities.

Entre el río y el aula: La educación rural como instrumento de inclusión y pensamiento crítico entre comunidades ribereñas de la Amazonía

RESUMEN. Este artículo analiza el papel de la educación rural como herramienta de inclusión social en las comunidades ribereñas, centrándose en la comunidad de Mapiraí de Baixo. La investigación destaca cómo este tipo de educación respeta y valora el conocimiento local, contribuyendo a la formación crítica y cívica de los alumnos, promoviendo la pertenencia social y combatiendo las desigualdades. Destaca que la educación rural, construida a partir de las luchas de los movimientos sociales, busca formar profesores comprometidos con sus comunidades y realidades territoriales, yendo más allá de la enseñanza tradicional y enfrentando los impactos de los proyectos de desarrollo en la Amazonia, como la Usina Tucuruí y la Hidrovía Araguaia-Tocantins. Los sujetos del estudio fueron tres ribereños formados en educación rural, residentes en Mapiraí de Baixo, en el interior de Cametá. Los datos se recogieron mediante entrevistas semiestructuradas realizadas en la propia comunidad, en lugares elegidos por los entrevistados, como sus casas o entornos de trabajo, como el río o el bosque. Los participantes optaron por el anonimato, pero colaboraron con la investigación porque reconocieron su relevancia. La metodología adoptada fue el Análisis del Discurso (AD), que permite interpretar no sólo lo que se dice, sino también los significados producidos entre líneas y en el contexto sociocultural de los sujetos. El texto analiza tres recortes discursivos de entrevistas realizadas a graduados del curso de Licenciatura en Educación Rural, con el objetivo de comprender los significados atribuidos por ellos a la formación recibida. Así, los discursos de los tres sujetos muestran que la Educación Rural no sólo promueve el acceso a la universidad, sino que también fomenta la conciencia crítica, la valorización de las identidades y el fortalecimiento de las comunidades ribereñas.

Palabras clave: Educación rural, discurso, comunidades ribereñas.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19749	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir de que forma a Educação do Campo pode atuar como um mecanismo de inclusão social para comunidades ribeirinhas, com ênfase na comunidade de Mapiraí de Baixo – lócus desta pesquisa. Busca-se compreender como essa modalidade educacional pode integrar os alunos ao sistema de ensino, respeitando e valorizando suas realidades, culturas e necessidades específicas.

A Educação do Campo desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades e na promoção do acesso ao conhecimento para sujeitos que vivem em contextos rurais diversos. Ela gera oportunidades e assegura direitos essenciais, sobretudo no campo educacional, para estudantes que, muitas vezes, enfrentam situações de isolamento e exclusão social. Trata-se de uma educação adaptada ao contexto do campo, que contribui para o fortalecimento das comunidades, o desenvolvimento do protagonismo estudantil e o estímulo ao sentimento de pertencimento social.

Nas comunidades ribeirinhas, em especial, a Educação do Campo tem desempenhado um papel significativo na formação de estudantes que habitam regiões ainda carentes de políticas públicas em diferentes esferas, inclusive a educacional. Nessas comunidades, observa-se uma rica diversidade de sujeitos e saberes originados das experiências comunitárias e sociais. Quando esses saberes são valorizados nos cursos de licenciatura em Educação do Campo, promove-se o reconhecimento das identidades locais e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, contribuindo para uma educação mais contextualizada, inclusiva e transformadora.

Os alunos ribeirinhos encontram nessa formação uma oportunidade não apenas de adquirir conhecimentos, mas também de lutar pelo seu povo e conquistar melhores condições de vida. Silva et al. (2020) ressaltam que é necessária uma formação mais ampla e que permita aos alunos compreender os condicionantes históricos e sociais de suas comunidades, atuando também na construção de projetos que impactem positivamente a sociedade. Ainda segundo os autores, a educação tem a capacidade de dialogar com as realidades dos estudantes e fortalecer o pertencimento local.



O projeto político-pedagógico das Licenciaturas em Educação do Campo tem como objetivo central a formação de professores críticos e conscientes das realidades sociais em que estão inseridos. Segundo Silva et al. (2020, p. 13), essas licenciaturas buscam promover, tanto na formação inicial quanto continuada, sujeitos capazes de compreender como se produzem as desigualdades sociais e de atuar de maneira efetiva na resistência aos processos de desterritorialização que vêm se intensificando nos territórios camponeses, quilombolas e indígenas. Essa proposta reconhece que a prática docente no campo não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve o engajamento com as comunidades, o fortalecimento das identidades locais e a valorização dos saberes tradicionais.

Trata-se de uma formação que fomenta os saberes que os alunos levam de seus territórios e valoriza suas realidades de vida, somando-se às teorias que os currículos das universidades oferecem, realizando uma formação crítica com e para educandos que estão inseridos em processos sociais que, muitas vezes, se dão por intermédio das exclusões e desvalorizações. Assim, é uma estratégia de formar sujeitos comprometidos com a sua realidade e com o seu território, capazes de resistir aos processos excludentes que se firmam nas regiões camponesas do Brasil.

Silva et al. (2020) ressaltam que as Licenciaturas em Educação do Campo têm como foco principal a formação de professores que atuem para “além da docência”, instigando uma atuação em processos escolares que seja uma ferramenta educativa comunitária. Segundo os autores, “é necessário formar educadores que atuarão nessas escolas e que sejam também capazes de compreender criticamente esses processos e sobre eles intervir” (p. 7).

As Licenciaturas em Educação do Campo nascem sob uma concepção interdisciplinar, compreendendo o currículo como uma produção humana, dialogando com os conhecimentos científicos e os dos povos que compõem o Brasil, diálogo este que foi enaltecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 (DCNs-2015), que contribuíram para o reconhecimento da grande diversidade dos povos do campo, visibilizando e respeitando essas diferenças (Silva et al., 2020). Esses autores defendem que a Educação do Campo também objetiva uma formação que contraria as lógicas das competências laborais de mercado, que partem de um modelo tecnicista e que precariza as condições de trabalho, pois, segundo eles, “há um retrocesso em compreender o ensino-aprendizagem em suas múltiplas relações e um estrangulamento à concepção de formação de professores apenas no âmbito da prática de sala de aula, e na estrita relação com as competências previstas na BNCC” (p. 15).

Ao contrário disto, a Educação do Campo visa possibilitar uma formação que ultrapasse os limites colocados aos potenciais e ações dos educandos, assim como a superação das tentativas de desmonte das políticas de formação de professores do campo. Trata-se de uma formação de sujeito questionador, crítico, que resiste e luta pelas causas de seu território e seus descendentes.

As comunidades ribeirinhas sentem os benefícios dessa formação docente, onde os ribeirinhos têm a oportunidade de dar continuidade nos estudos e se engajarem nas causas do seu povo, interagindo com a comunidade e contribuindo com uma formação mais diversa e contextualizada. No município de Cametá, diversos ribeirinhos já foram atingidos positivamente pela Educação do Campo. São sujeitos que tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a sua realidade e dar continuidade nos estudos, uma vez que parte destes alunos, por entraves próprios dos locais em que vivem, como, por exemplo, a distância até a zona urbana do município onde está fixada a universidade, acabam desistindo de estudar logo no ensino fundamental ou médio.

Em Mapiraí de Baixo, lócus desta pesquisa, alguns alunos relatam, por meio de fontes discursivas que serão analisadas mais adiante, que a Educação do Campo atua como uma afirmação identitária dos sujeitos que residem no campo, enfatizando que esta formação trouxe grandes benefícios para a sua formação docente, social e humana.

Importante salientar que a Educação do Campo é fruto de lutas dos movimentos sociais, que engajam camponeses vindos dos assentamentos, comunidades ribeirinhas, quilombos, e outros, motivados pela afirmação da existência de saberes e práticas educativas nessas regiões do país. De acordo com Santos (2017, p. 210) “... a produção do saber construída em parceria com educadores, educandos e lideranças dos movimentos sociais pode ser ressignificada na luta por suas histórias de vida, valores e reconhecimento”.

Entendemos, a partir desse autor, que a Educação do Campo parte de um ponto crucial para o reconhecimento da existência de saberes nas zonas camponesas e de que é fundamental a valorização desses saberes, pois é preciso essa “parceria” para que os movimentos sociais continuem ressignificando as histórias de vida, os valores e também os conhecimentos e experiências que esses povos possuem. A construção histórica da Educação do Campo se ampara na luta popular daqueles que clamam por valorização e reconhecimento.

Falar em movimentos sociais é falar em frentes organizadas de sujeitos que se colocam como resistências para manterem suas vidas e seus territórios frente aos autoritarismos que tanto têm se fortalecido nos últimos anos, destes podemos citar os grandes projetos

implantados especialmente na Amazônia, mascarados de falsos progressos e melhorias econômicas para o país, mas que escondem sua verdadeira face: a violência e destruição dos territórios e daqueles que vivem/sobrevivem neles/deles.

Na Amazônia paraense podemos citar dois exemplos mais impactantes dessas violências que atingem os que habitam nesses espaços: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a Hidrovia Araguaia-Tocantins. A primeira, se colocou como um modelo autoritário que culminou na expulsão dos habitantes de diversos espaços que estavam principalmente ao entorno da construção, utilizando-se de um deslocamento compulsório que desconsiderou os moradores que ali estavam “e resultou em inúmeras famílias deslocadas em condições precárias, o que desestruturou comunidades tradicionais como ribeirinhas, indígenas e pesqueiras, além de provocar destruições ambientais” (Silva & Congilio, 2019). Essas famílias até hoje enfrentam com resistência as mazelas deixadas pela implantação desse projeto. Enfatizamos aqueles que vivem às margens dos rios, os ribeirinhos, que tiveram suas vidas totalmente modificadas, uma vez que estes mantêm uma harmonia com o rio e a terra, construindo uma relação indissociável com o ambiente. Após a implantação da Usina, os rios foram completamente modificados e passaram a dinâmica de enchentes e vazantes, poluídos e com o desaparecimento de centenas de espécies de peixes.

A Hidrelétrica de Tucuruí ainda ecoa seus impactos incalculáveis na vida dos atingidos, onde a destruição do habitat, o desaparecimento de centenas de espécies de peixes e plantas e a poluição dos rios impacta negativamente a vida dos ribeirinhos que já travam uma luta diária por sobrevivência/subsistência, uma vez que sequer houve tentativa de reparo para tal violência (Souza et al, 2023, p. 403).

De acordo com Souza et al (2023), além efeitos catastróficos na vida dos atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, os ribeirinhos também se encontram frente a implantação de mais um projeto que ameaça interferir ainda mais na vida dos sujeitos: a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Esse projeto que ainda tramita em processos de implantação ou não, por lutas de grandes empresários contra os defensores dos territórios amazônicos, tem a pretensão de tornar o rio navegável para grandes embarcações e, para isso, pretende utilizar implosivos para alargar o leito dos rios. Segundo os autores,

Os efeitos da construção e consolidação desse projeto para a vida de quem vive nessas regiões é incalculável e já se pode pensar nos adoecimentos físicos e psíquicos que esses indivíduos sofrerão, fora os que já estão lhes causando sofrimento, pois a incerteza e o medo de perderem suas casas já são presentes (Souza et al. 2023, p. 403).

Percebe-se que viver nos espaços tradicionais de nosso país está se tornando um ato de resistência. São inúmeras as estratégias de desmonte da autonomia e dignidade destes sujeitos que se constituem historicamente nesses lugares e que demarcam suas vidas a partir da singularidade dessas regiões, construindo as peculiaridades de cada espaço tradicional. E é nesse sentido que se faz cada vez mais necessário dialogarmos sobre como a Educação pode atuar como uma ferramenta estratégica de enfrentamento a essas violências vivenciadas por essas pessoas. É preciso uma formação voltada e construída para e por esses sujeitos.

Pensando a partir dessas situações vivenciadas pelos povos da/na Amazônia, especialmente os ribeirinhos, questionamos: qual o papel da Educação do Campo diante das realidades dos que residem no campo e sobrevivem e subsistem neles/deles? A partir de relatos de alunos ribeirinhos que se formaram na Educação do Campo, entendemos que esta formação coopera para o entendimento sobre essas realidades, especialmente por ajudarem na compreensão dos impactos dessas violências na vida os sujeitos.

Apesar dos desmontes na educação Brasileira nas últimas décadas, principalmente com a tentativa de implantação da BNCC ou mesmo a BNCC-Formação ainda no governo Bolsonaro, fica nítido que não podemos desconsiderar essas realidades no contexto escolar, uma vez que são parte indissociável da vida dos alunos. Nas escolas ribeirinhas é cada vez mais comum encontrarmos professores da zona urbana se deslocando para as escolas do campo. Em muitos desses casos, esses professores desconhecem a realidade dos alunos e, como consequência, realizam uma docência eurocêntrica e monocultural, fazendo com que os próprios estudantes não se reconheçam no contexto escolar, culminando na evasão escolar.

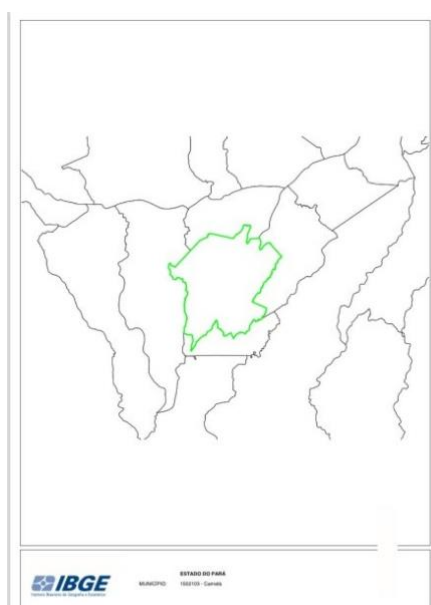
Diante disso, a Educação do Campo detém o diferencial de formar professores do campo e para o campo (Silva et al., 2020), capazes de interagir com a sua comunidade e cooperar para o enfrentamento das tentativas de aniquilamento que os povos do campo vêm sofrendo, como o que já foi citado anteriormente sobre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Os professores do campo diferem-se por conhecerem suas realidades e trabalharem engajados com os conhecimentos e saberes que os alunos já possuem.

Assim, buscamos analisar neste estudo a importância da Educação do Campo para sujeitos que residem nessa região, especialmente na comunidade ribeirinha de Mapiraí de Baixo, entendendo como eles são atingidos por essa forma de educação. Para isso, trazemos os recortes discursivos de três sujeitos que pertencem ao nosso lócus, trazendo suas falas a respeito da presente temática.

Percursos metodológicos

O município de Cametá, situado na margem esquerda do Rio Tocantins, no estado do Pará, possui população estimada em 134.184 habitantes segundo o Censo do IBGE (2022). Sua área territorial é de aproximadamente 3.081,36 km². A cidade está situada a aproximadamente 150 km da capital paraense. Cercada pela natureza amazônica, Cametá apresenta uma economia local baseada na pesca, no extrativismo vegetal, na agricultura familiar e nos trabalhos formais e informais. A maior parte da população – denominada cametaense – professa a religião da católica e se distribui entre as zonas urbana e rural, sendo esta última a que concentra o maior número de habitantes.

Figura 1 - Mapa do município de Cametá-PA



Nota: IBGE, 2025.

Na zona rural de Cametá encontram-se diversos povos tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos. Nos quilombos, a cultura afro-brasileira marca fortemente a identidade local, expressa em festejos, danças, cantos e outras manifestações que representam, além de celebrações religiosas e culturais, atos de resistência e afirmação identitária diante de um histórico de repressão e violência (Pinho & Miranda, 2023). Ainda hoje, essas comunidades lutam pela demarcação de seus territórios e pelo reconhecimento de seus direitos e de sua dignidade.

Os povos ribeirinhos, também considerados tradicionais, mantêm uma relação de reciprocidade e harmonia entre o ser humano e a natureza. Fixados às margens do rio Tocantins, constroem suas moradias de madeira ou alvenaria sobre palafitas, buscando proteção contra as enchentes sazonais provocadas pela dinâmica das águas e pela influência da barragem de Tucuruí.

A comunidade de **Mapiraí de Baixo**, pertencente à zona rural de Cametá, destaca-se pela simplicidade, pela riqueza cultural e pelo modo de vida característico de populações amazônicas. Seus habitantes — os *mapiraienses* — sustentam-se, em grande parte, da pesca artesanal, da agricultura familiar e do extrativismo do açaí. Suas casas, situadas às margens do rio, convivem com o ciclo natural das cheias e vazantes, fenômeno que molda o cotidiano, o ritmo de trabalho e as práticas sociais da comunidade.

A figura 2, a seguir, ilustra o que foi referido acima.

Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora das Graças e Salão Comunitário



Nota: Pesquisa de Campo, 2024.

A história da comunidade é profundamente marcada pela religiosidade. A festividade de Nossa Senhora das Graças, padroeira local, é celebrada há mais de cinquenta anos, conforme relatos do conselho comunitário. Antes dela, as práticas religiosas eram voltadas a São Raimundo, o antigo padroeiro, cujas devoções eram realizadas em irmandades e rezas domésticas — como terços marianos e ladainhas. Assim, a fé e a religiosidade constituem pilares centrais da identidade cultural e da organização social mapiraiense.

Além das manifestações religiosas, as práticas cotidianas da comunidade configuram verdadeiras formas de educação tradicional, transmitidas oralmente e pela convivência. São

saberes construídos a partir da experiência e da vivência coletiva, frequentemente dotados de um valor formativo maior do que aquele encontrado nas escolas convencionais.

Ainda falando sobre isto, vale lembrar-se das ações de remar, nadar, pilotar barcos, pescar, desbulhar o açaí, entre outras atividades culturais que facilitam a vivência no ambiente de rio observado não são ensinados ou aprendidos na escola. Pelo contrário, a escola teima em ensinar apenas o que parece estar distante da realidade do aluno (Almeida, 2013, p. 53).

De acordo com Almeida (2013), é imprescindível que os professores que atuam em contextos como o das comunidades ribeirinhas compreendam essas dinâmicas de vida singulares e atribuam valor às experiências cotidianas dos alunos. Nesse sentido, a formação de professores do campo representa um passo fundamental para uma educação transformadora, pautada na valorização social, cultural e ambiental.

Os sujeitos desta pesquisa são **três ribeirinhos residentes em Mapiraí de Baixo**, formados em Educação do Campo. Para a coleta de dados, aplicou-se um **questionário semiestruturado** composto por perguntas norteadoras relacionadas à temática central do estudo. As entrevistas ocorreram na própria comunidade, em locais escolhidos pelos participantes — em suas casas ou em espaços de convivência, como o rio, a mata e os locais de trabalho. Todos optaram por manter o anonimato, mas participaram voluntariamente, reconhecendo a relevância da pesquisa para o fortalecimento da Educação do Campo e para a valorização das experiências de vida ribeirinhas.

A escolha pela **entrevista semiestruturada** justifica-se por possibilitar não apenas a obtenção de respostas previamente delineadas, mas também o diálogo e a observação das realidades dos sujeitos, garantindo maior autenticidade e profundidade interpretativa.

A Análise do Discurso (AD) foi utilizada como aporte teórico para a interpretação dos dados coletados, observando aquilo que é transmitido através da oralidade, linguagem e memória dos entrevistados, assim como aquilo que está em volta desse discurso, não propriamente dito em palavras ou textos, mas observado ao entorno como fazendo parte do discurso. De acordo com Orlandi (2005), na AD, não se trata apenas das informações que são transmitidas através da linguagem, e analisar o discurso é buscar “a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2005, p. 26). Assim, a AD

Não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua do mundo, com as maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (Orlandi, 2005, p. 16).

Para Silveira e Lopes (2021), a AD constitui “uma disciplina que, desde a década de 1960, permite que estudiosos de diversas áreas do conhecimento analisem e façam gestos de interpretação acerca do mundo à nossa volta” (Silveira & Lopes, 2021, p. 2). Os autores acrescentam que a Análise do Discurso possibilita ao pesquisador compreender os efeitos de sentido manifestos nas enunciações dos sujeitos.

Com base nesses pressupostos, entende-se que o discurso é atravessado por memórias, histórias e ideologias. Para Orlandi (2005), “toda palavra é sempre parte de um discurso” (Orlandi, 2005, p. 43), e cada enunciação dialoga com outras anteriores, construindo sentidos a partir dessas relações. Assim, os recortes discursivos analisados neste estudo refletem não apenas as falas individuais dos entrevistados, mas um conjunto de memórias e experiências compartilhadas que constituem o tecido social e simbólico da comunidade ribeirinha de Mapiraí de Baixo.

Inicia-se, agora, a análise dos recortes discursivos provenientes das entrevistas em campo realizadas com alunos egressos do curso de formação em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pará – Campus do Tocantins (CUNTINS).

Análises dos recortes discursivos

O contato com os entrevistados ocorreu em suas residências, onde foram apresentadas as etapas e os objetivos da pesquisa. As conversas iniciaram com perguntas abertas que incentivaram relatos de experiências. A primeira delas foi:

“Conte-me um pouco sobre você e sua relação com a Educação do Campo.”

A resposta compõe o **Recorte Discursivo I (RD I)**, transcrito a seguir.

Há muitos anos eu comecei participando da Pastoral da Juventude, participei dos movimentos sociais, e hoje eu atuo nas pastorais da comunidade, secretária do conselho comunitário e contribuo no que eu posso contribuir. Mas, a Educação do Campo ela fortalece ainda mais esse trabalho coletivo, esse trabalho dentro da comunidade. Porque por meio desse estudo da Educação do Campo a gente passa a conhecer melhor a comunidade onde a gente vive por meio das pesquisas que nós chamamos de tempo comunidade (RD 1, 2024).

Essa discussão tem início com este primeiro recorte discursivo, proveniente de uma egressa do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que revela aspectos de ordem sócio-histórica e ideológica. A entrevistada inicia sua fala rememorando o início de sua trajetória, mencionando sua participação na Pastoral da Juventude. A partir disso, depreende-se que ela narra sua vivência nos movimentos sociais de sua comunidade. Nesse momento, evidencia-se

o que Orlandi (2005) denomina de interdiscurso, ou seja, a memória discursiva que se manifesta na fala, atravessando o sujeito e constituindo os sentidos que ele produz.

Esse interdiscurso se materializa de forma clara na expressão “há muitos anos eu comecei”, que remete a um evento passado e ativa uma memória que se inscreve na história pessoal, mas também coletiva. Trata-se de uma enunciação marcada pela temporalidade e pela presença de sentidos que não são originados unicamente no momento da fala, mas que já estavam em circulação social. No entanto, o interdiscurso também aparece de forma fragmentada, revelando subentendidos e lacunas — como marcas do não-dito que permeia a linguagem. Isso ocorre porque a trajetória de vida da entrevistada certamente não se inicia na participação na Pastoral da Juventude. Sua existência é antecedida e perpassada por outras experiências e narrativas que fazem parte de uma historicidade construída a partir da vivência em uma comunidade tradicional ribeirinha — um contexto que abriga múltiplas e complexas experiências. Assim,

O interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando (Orlandi, 2005, p. 54).

Neste sentido, segundo o pensamento de Orlandi (2005), entende-se que a memória é uma instância pela qual não detemos o controle e que, por muitas vezes, engana a nós mesmos com a sensação ilusória de sabermos sobre as coisas, os fatos, ou até mesmo nossa história. Refletindo o trecho de nosso recorte discursivo, essa memória aparece fragmentada, mas logo, como nos ensina Orlandi (2005), é preciso perceber que existe um movimento de sentidos, oferecendo a possibilidade “dos sujeitos se subjetivarem”. Assim, é possível esse deslocamento de sentidos, de identidades, de histórias como a trazida por nossa entrevistada, percebendo, então, um sujeito que se historiciza e se desloca.

A filiação da entrevistada a movimentos sociais revela não apenas seu engajamento político, mas também a forma como ela se constituiu enquanto sujeito histórico. É nesse ponto que o discurso ultrapassa a dimensão individual e se ancora em uma coletividade, em uma memória social que legitima o dizer. A fala não é apenas um relato autobiográfico: ela representa um modo de estar no mundo, uma forma de resistência e de permanência em territórios constantemente ameaçados por processos de invisibilização social, econômica e cultural.

Além disso, a presença da Pastoral da Juventude no relato aponta para a articulação entre fé e luta social, o que é bastante comum em territórios marcados por desigualdades e ausência do Estado. Esses movimentos religiosos, muitas vezes, tornam-se espaços de formação política e consciência crítica, funcionando como uma das poucas formas de organização e mobilização das populações periféricas. Assim, a memória evocada pela entrevistada também é uma memória política, que tensiona os limites entre o sagrado e o social, entre o espiritual e o material.

Outro aspecto importante é considerar que a entrevistada traz, de forma implícita, o papel da mulher na organização comunitária. Ao se colocar como protagonista de sua própria trajetória, ela também reposiciona o lugar da mulher ribeirinha, muitas vezes silenciada nos registros históricos e nos processos educacionais tradicionais. Sua fala carrega marcas da ancestralidade, da oralidade e da resistência feminina, que são elementos fundamentais para a manutenção dos modos de vida das comunidades ribeirinhas.

Ao abordar a educação por meio de sua trajetória, a entrevistada também aponta para o papel transformador da Educação do Campo, que não apenas reconhece os saberes populares e territoriais, mas também os articula a uma proposta pedagógica crítica, voltada para a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, podemos compreender que sua fala já está atravessada pelos efeitos dessa formação: a consciência do pertencimento, da luta coletiva e da importância da educação como instrumento de transformação.

Portanto, ao se analisar esse recorte discursivo, não estamos apenas diante de uma memória pessoal ou de um relato isolado, mas de uma construção discursiva que evidencia os efeitos da ideologia, da história e da linguagem na constituição de um sujeito que se reconhece enquanto parte de um coletivo que resiste. É nesse entrelaçamento entre o individual e o coletivo, entre o dito e o não-dito, que se delineiam os sentidos que sustentam o papel da Educação do Campo como espaço de legitimação das vozes silenciadas e de construção de outras possibilidades de existência e de futuro para os povos do campo, das águas e das florestas.

Nesse mesmo caminho, destaca-se que a Educação do Campo ultrapassa a mera dimensão do ensino-aprendizagem, configurando-se também como um ato político. No relato da entrevistada, expressões como “fortalece o trabalho coletivo” e “conhecer melhor a comunidade” estão profundamente vinculadas a uma concepção de educação que promove a consciência crítica, a valorização do território e a formação de sujeitos capazes de reconhecer sua história e transformar sua realidade.

A seguir, apresenta-se o segundo recorte discursivo, proveniente de outro (a) entrevistado (a). A segunda entrevista partiu da seguinte pergunta: “a formação em Educação do Campo foi importante para você?”

Em resposta ao questionamento, evidenciou-se que

A formação em Educação do Campo foi importante pra mim. Foi muito importante, porque me deu a oportunidade de cursar uma faculdade e aumentar meus conhecimentos e, também, aumentar minha oportunidade no mercado de trabalho (RD 2, 2024).

Neste segundo trecho, extraído da entrevista com outro egresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo, é possível identificar sua percepção sobre o papel dessa formação na vida dos sujeitos ribeirinhos, temática central deste trabalho. A repetição da frase “foi muito importante pra mim. Foi muito importante” revela, de forma enfática, o quanto essa formação teve um impacto significativo em sua trajetória.

Ao utilizar a expressão “aumentar meus conhecimentos”, o entrevistado revela que a Educação do Campo representou um instrumento de ascensão pessoal, proporcionando-lhe não apenas mais saberes, mas também maiores oportunidades no mercado de trabalho. Essa afirmação sugere a existência de um passado marcado por limitações, em que o acesso ao conhecimento e ao trabalho qualificado era restrito. Nesse sentido, Lopes (2018, p. 70) aponta que estamos diante de “um corpo que está em busca de esperanças para seguir adiante”, ou seja, um sujeito movido pela resistência e pelo desejo de transformação de sua realidade.

Lopes também nos convida a compreender o discurso como uma rede complexa, construída a partir de interações e atravessamentos históricos. Os sentidos produzidos, portanto, não são fixos, mas se transformam com o tempo, sendo constantemente afetados por novas experiências e influências. Assim, os discursos se entrelaçam e se cruzam “numa relação de infinitas combinações” (Lopes, 2018), resultando em significados que contribuem para a constituição histórica e identitária dos sujeitos.

Olhar as materialidades emergentes do/no discurso é como estar diante de uma rede complexa, tecida com vários nós que pinçam o agora, o passado e o porvir, fazendo com que estes se entrelacem e se cruzem numa relação de infinitas combinações. Todo discurso posto em funcionamento está embebido de um já-dito, e este já-dito não se materializa somente em frases, mas através do não-verbal também, por exemplo (Lopes, 2028, p. 41).

Ao afirmar que todo discurso em funcionamento está implicado em um “já-dito”, compreendemos que há, nesse processo, a transmissão, modificação ou até mesmo a apropriação de outros discursos. Isso nos ajuda a entender a constituição dos sujeitos como

reflexos de ideologias que não se limitam ao campo individual, mas que atuam no âmbito social, justamente porque somos constantemente atravessados por esses discursos. Essa reflexão nos leva a retomar um trecho de Lopes (2018), que fundamenta nossa discussão e amplia nossa compreensão ao evidenciar que esse “já-dito” não se manifesta apenas na linguagem verbal, mas também no não verbal, nos gestos, nos silêncios e nas práticas sociais.

Um ponto de destaque neste recorte discursivo é a menção do entrevistado à “oportunidade no mercado de trabalho”. Essa fala nos remete à importância de uma educação que alcance sujeitos historicamente privados de oportunidades, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. No contexto das comunidades ribeirinhas, o processo educativo é atravessado por inúmeros desafios, como a escassez de investimentos públicos e as dificuldades próprias do meio rural — desde os deslocamentos condicionados pela natureza até os custos financeiros que muitas vezes inviabilizam a continuidade dos estudos.

Lopes e Silveira (2022) ressaltam que as palavras utilizadas no discurso carregam sentidos intrínsecos e que “a apresentação das palavras, portanto, não é aleatória” (Lopes & Silveira, 2022, p. 6). Esse entendimento nos permite perceber, por exemplo, que quando o entrevistado menciona a necessidade de “aumentar” seus conhecimentos por meio da Educação do Campo, ele revela um movimento de resistência frente às adversidades, buscando melhores condições de subsistência. Os autores ainda reforçam que “primeiro, a comunidade existe, depois, para continuar existindo, ela resiste” (Lopes & Silveira, 2022, p. 6), destacando os efeitos de sentido presentes nas entrelinhas do discurso, onde se evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos na luta por sobrevivência e permanência em suas comunidades.

A seguir, analisou-se o terceiro e último recorte discursivo deste estudo, orientado pela seguinte pergunta: você acha que a Educação do Campo atua como um mecanismo de inclusão para comunidades ribeirinhas?

Para esse questionamento, evidenciou-se que

A Educação do campo, pra mim, ela é uma oportunidade que as pessoas principalmente das comunidades tradicionais têm a oportunidade de entrar na faculdade porque ela cria um mecanismo que é através do processo simplificado e por meio dele a gente tem a oportunidade de chegar na universidade. É um processo diferenciado das outras faculdades porque por meio do que eles utilizam, como por exemplo a carta de pertencimento onde o estudante que está concorrendo a vaga ele comprova que ele pertence a uma comunidade tradicional. Isso pesa muito na questão da inclusão (RD 3, 2024).

De acordo com Lopes (2018), “é papel do analista, portanto, rastrear efeitos de sentido possíveis que apontam para o funcionamento do discurso” (Lopes, 2018, p. 35). Neste último recorte discursivo, extraído da fala do entrevistado 3, destacamos as palavras “oportunidade” e “inclusão” como centrais para refletirmos sobre os sentidos que se constroem nas entrelinhas, no não-dito, mas que produzem efeitos discursivos significativos.

Percebe-se que esse sujeito, possivelmente, vivenciava uma realidade marcada pela escassez de oportunidades e pelo difícil acesso à educação superior. Isso se evidencia quando relata que, por meio da formação em Educação do Campo, pessoas de comunidades tradicionais passaram a ter a “oportunidade” de “entrar na faculdade”. Esse relato nos permite inferir a existência de um contexto social excludente, característico das comunidades ribeirinhas, que são historicamente marginalizadas e distantes dos centros urbanos — onde se concentram os investimentos e políticas públicas, inclusive na área da educação.

Um exemplo concreto dessa realidade é observado no município de Cametá, onde estudantes precisam se deslocar de suas comunidades, muitas vezes enfrentando longas horas de viagem de barco, ou até mesmo abandonar temporariamente suas famílias para residir na cidade e, assim, continuar os estudos. A mobilidade limitada, os custos financeiros e a ausência de políticas públicas efetivas para atender às especificidades das populações do campo e das águas configuram barreiras que afetam diretamente o direito à educação.

Lopes (2018) aponta que “os fios que tecem essa ocupação e desocupação do espaço pelo homem garantem a construção de uma rede de significados e sentidos a partir da história” (Lopes, 2018, p. 28). Dessa forma, a “oportunidade” mencionada pelo entrevistado adquire um valor simbólico profundo, pois emerge de um espaço historicamente marcado pela carência e pela exclusão. Essa vivência produz uma rede de sentidos que confere à Educação do Campo um papel essencial na promoção da “inclusão” — não apenas do indivíduo que enuncia, mas de todos aqueles que compartilham desse mesmo território e dessa mesma história.

Nesse sentido, a Educação do Campo, ao se articular com os saberes locais, com a territorialidade e com os modos de vida das populações do campo, torna-se um dispositivo contra-hegemônico, que rompe com a lógica urbana e padronizadora da educação tradicional. Ela não apenas amplia o acesso ao ensino superior, mas também legitima os conhecimentos oriundos das vivências comunitárias e das práticas tradicionais, ressignificando o processo educativo a partir das realidades locais.

Além disso, quando o entrevistado menciona a possibilidade de inclusão por meio da educação, ele evidencia uma dimensão política e subjetiva do discurso. Como nos alerta Orlandi (2005), o sujeito é atravessado pela ideologia e pelo interdiscurso, e aquilo que ele diz carrega ecos de outras vozes, de outras histórias. Assim, quando este sujeito fala em “inclusão”, ele não está apenas reproduzindo um conceito institucional; ele está convocando uma memória coletiva de exclusão histórica, e apontando para uma transformação concreta — a possibilidade de permanência e valorização de sujeitos historicamente silenciados.

A Educação do Campo, portanto, não se limita à transmissão de conteúdos escolares, mas se apresenta como um ato político, ao promover a participação ativa dos sujeitos na construção de sua própria história e no fortalecimento das suas comunidades. Ela atua como uma ferramenta de resistência e de reterritorialização, que permite que esses sujeitos ocupem novos espaços sociais sem abandonar suas raízes.

Como afirmam Lopes e Silveira (2022, p. 6), “a apresentação das palavras, portanto, não é aleatória”. Os termos escolhidos pelo entrevistado — como “inclusão” e “oportunidade” — trazem consigo marcas da luta por dignidade, pertencimento e reconhecimento. E é nesse ponto que a análise discursiva revela sua potência: ao permitir que olhemos para além do conteúdo aparente da fala, adentrando os processos de produção de sentido que envolvem a história, o espaço, as relações de poder e os afetos que atravessam o sujeito.

Dessa forma, compreende-se que a Educação do Campo, ao ser narrada como promotora de “inclusão”, carrega sentidos que extrapolam o campo educacional e tocam em esferas mais amplas: a justiça social, a afirmação das identidades coletivas e o direito à permanência nos territórios tradicionais. Trata-se, assim, de uma educação que não apenas forma para o mercado, mas que também forma para a vida em comunidade, para a cidadania crítica e para a luta por direitos.

As noções de sujeito e linguagem não podem ser incompatíveis entre si e, por isso, o sujeito é aquele considerado, a partir da psicanálise, como sujeito cindido, descentrado, dividido pelo inconsciente. A linguagem é considerada a partir de sua opacidade, visto que o sujeito, heterogêneo, tem o inconsciente falando através dele e, por isso, os efeitos de sentido lhe são imprevisíveis. É papel do analista, portanto, rastrear efeitos de sentido possíveis que apontam para o funcionamento do discurso (Lopes, 2018, p. 35).

Lopes (2018) nos mostra que os efeitos de sentido são constructo do funcionamento do discurso, sendo esses sentidos imprevisíveis. Ao falar da importância da formação em Educação do Campo especialmente para os ribeirinhos, nosso entrevistado transmite efeitos

de sentido de uma melhoria na qualidade de vida e um progresso no sentido educacional, pois através desse mecanismo os sujeitos tem a “oportunidade” de chegar até a universidade.

Falando sobre a “questão da inclusão”, trazida no final do recorte discursivo, entendemos um pouco sobre o sentido que a Educação do Campo tem para esse sujeito, que também faz sentido na temática desse artigo. Trata-se de um espaço de inclusão pois permite que pessoas que estão em espaços como os ribeirinhos que enfrentam dificuldades para o acesso à educação de qualidade, possam dar continuidade nos estudos.

Algumas considerações finais

Ao final deste estudo, reafirma-se o propósito que motivou esta investigação: compreender de que maneira a Educação do Campo pode se constituir como um mecanismo efetivo de inclusão social para comunidades ribeirinhas, com foco especial na comunidade de Mapiraí de Baixo — lócus desta pesquisa. As análises realizadas permitem concluir que essa modalidade formativa, pensada do e para os sujeitos do campo, promove a inserção educacional de maneira crítica e contextualizada, assegurando que suas realidades, culturas, saberes e necessidades sejam não apenas reconhecidos, mas valorizados como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma educação que rompe com modelos tradicionais excludentes, contribuindo para o fortalecimento da identidade, da autonomia e da cidadania desses sujeitos historicamente marginalizados.

As comunidades amazônicas se firmam em um local onde tendem a estabelecer a construção de uma identidade social, de projetos comuns entre eles e na busca de se reinventarem diante das adversidades, fomentando suas culturas como uma forma de resistência presente no cotidiano. É preciso pensar essas culturas como dinâmicas e em constante transformação, pois elas não apenas moldam as práticas dos sujeitos, como também influenciam os modos como interpretamos e atribuímos sentido à realidade.

No cotidiano escolar, as diversas ausências se tornam ainda mais perceptíveis. É possível perceber isso nas ênfases e outros discursos que são transmitidas nos materiais didáticos ou mesmo nas metodologias utilizadas pelos professores que desagregam e/ou não dão a valorização necessária aos marcos identitários e saberes que esses alunos possuem e levam consigo para o ambiente escolar. Assim, têm-se os impactos negativos na preservação desses saberes, dessas experiências, que acabam sendo perdidas com o passar do tempo.

É preciso ampliar a compreensão sobre a realidade que está ao entorno dos ambientes escolares, fazendo com que essas realidades contribuam para o processo de formação crítica do aluno. As práticas e manifestações culturais devem fazer parte da realidade do cotidiano escolar, uma vez que os alunos que fazem parte das populações tradicionais e originárias, por vezes, aprendem mais o que lhes é ensinado em suas dinâmicas de vida comunitária do que os conteúdos escolares transmitidos no repertório escolar, uma vez que, como mostra esta pesquisa, há um entrelaçamento profundo entre os sujeitos e o território, expressando-se nas relações sociais, nas tradições e culturas que buscam dar visibilidade às identidades locais.

Dessa forma, a Educação do Campo é crucial para fomentar o potencial dos sujeitos que chegam até as universidades, vindos dos assentamentos, das comunidades ribeirinhas, dos quilombos, dos territórios indígenas, e outros, fazendo com que os saberes que esses sujeitos trazem possam ser valorizados e potencializados para contribuírem também com o bem-estar de suas comunidades e o progresso das universidades.

Na realidade de vida dos ribeirinhos, as identidades podem ser percebidas como esse constante movimento. E nesse sentido, é preciso entender que as construções das identidades dos ribeirinhos são históricas e estiveram ligadas ao espaço em que estes estão inseridos. Ao se firmarem em um espaço onde as casas são construídas em palafitas, suspensas para não serem alagadas pelas enchentes, envoltas pelas matas e ao mesmo tempo pelos rios que constroem as ilhotas, esses sujeitos tendem a se basear por um tempo que é marcado pelas águas e matas. Observa-se uma estreita relação entre os ribeirinhos e o ambiente em que vivem, pois é nesse espaço que obtêm recursos para sua subsistência e preservação da cultura tradicional. A vida depende da água, entendida como fonte de sobrevivência, meio de navegação e marcador de tempo. Nas cidades ribeirinhas, a lógica urbana dá lugar a outra percepção temporal, pautada pelas marés, pelas cores do céu, pelos ventos, pelo calor ou frio do sol, além dos ritmos do relógio industrial e da tecnologia.

Para chegar a essas conclusões ressalta-se a importância da Análise do Discurso como uma disciplina que proporcionou melhor compreensão dos discursos trazidos por nossos entrevistados. Desses discursos foi possível entender e perceber os efeitos de sentidos que se encontram nos discursos não falados. Foi também possível compreender que o Campo é um tempo/espaço que traz identificações nos sujeitos, uma vez que suas identidades são permeadas e implicadas pelo espaço em que se inserem e, tratando-se da comunidade de Mapiaraí de Baixo, é cabível falar em identidades singulares que se moldam pela peculiaridade do local que convive em harmonia com a natureza e tudo o que provém dela.

E tratando-se do que foi trazido por nossos entrevistados, entendemos essas identidades como representações “de si e dos outros”, em vários momentos os entrevistados trataram os impactos da Educação do Campo abarcando não somente eles - de forma individual - mas referindo-se a todos os que residem em comunidades tradicionais ribeirinhas e que enfrentam dificuldades para chegar até às universidades, encontrando na Educação do campo a oportunidade de progredir nos estudos e assim proporcionar melhor condição de vida para os seus.

Referências

- Almeida, R. C. P. (2013). *A aprendizagem das práticas culturais na comunidade ribeirinha de Mapiraí de Baixo em Cametá-PA* (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Pará.
- Brasil. Ministério da Educação. (2015). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica* (Resolução CNE/CP nº 2/2015). Diário Oficial da União, 8–12.
- Fares, J. A., Camelo, M. A., & Amaral, P. M. G. (2018). *Sociedades e saberes da Amazônia*. EDUEPA.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo brasileiro de 2022: Cametá/PA*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>
- Lira, T. M., & Chaves, M. P. S. R. (2016). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, 17(1), 66–76.
- Lopes, L. R. (2018). *Moradores de rua em vídeos do YouTube: (Des)(re)territorializações do espaço-tempo no(s) discurso(s) de si e do(s) outro(s)* (Tese de Doutorado). UNICAMP.
- Lopes, L. R., & Silveira, É. L. (2022). O indígena no YouTube – representações de si e do(s) outro(s) em tempos de crise pandêmica (COVID-19). *Revista Linguagem*, 41, 1–13.
- Orlandi, E. P. (2005). *Análise de discurso: Princípios & procedimentos* (5ª ed.). Editora Pontes.
- Pinho, V. A. de, & Miranda, J. V. A. de (Orgs.). (2023). *Educação e saberes culturais: vozes da resistência*. Atena.
- Ribeiro, B. N. P., & Pinto, B. C. M. (2021). Saberes, poderes e atuação de mulheres na aldeia indígena Assuriní do Trocará, município de Tucuruí/PA. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, 13, 56–77.
- Santos, R. B. (2017). História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Revista Teias*, 18(51), 210–224. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>

Silva, A., & Congilio, C. R. (2019). Reflexos sociopolíticos contemporâneos na conformação do município de Jacundá–PA a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. UFSC.

Silva, H. S. A., Anjos, M. P., Molina, M. C., & Hage, S. A. M. (2020). Formação de professores do campo frente às “novas/velhas” políticas implementadas no Brasil: r-existência em debate. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, 1–22.

Silveira, É. L., & Lopes, L. R. (2021). Pêcheux, Foucault e a pandemia: notas discursivas sobre representações de ensino-aprendizagem em tempos de COVID-19. *Revista Água Viva*, 1678–7471.

Souza, L. (Org.). (2023). *Prática de intervenção nas violências na Amazônia*. Editora Dialética.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 13/04/2025

Aprovado em: 03/10/2025

Publicado em: 17/12/2025

Received on April 13th, 2025

Accepted on October 03th, 2025

Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Dias, M. J. G., & Lopes, L. R. (2025). Entre o rio e a sala de aula: a Educação do Campo como instrumento de inclusão e formação crítica de ribeirinhos na Amazônia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19749.